

RELATÓRIO E CONTAS



Federação Portugal Taekwondo - Portkd

ANO: 2025

1 - Introdução

A Federação Portugal Taekwondo - Portkd, com sede social em Rua Damião Góis, nº 11 R/Ch, Lisboa, é uma associação de direito privado sem fins lucrativos e que vem apresentar os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de dezembro de 2025.

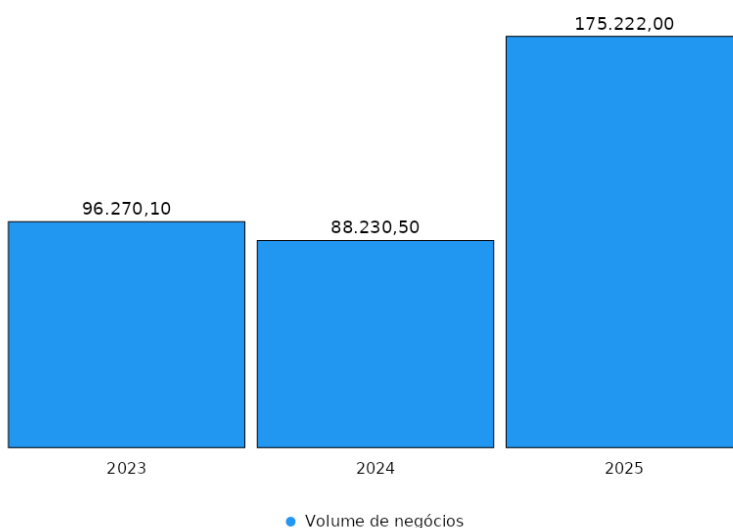
O trabalho desenvolvido pela Direção desta Federação começa a evidenciar-se com o acréscimo do número de praticantes desta modalidade, com o acréscimo de provas, com a formação de juizes e treinadores e com o aparecimento de resultados a nível internacional.

Para uma melhor percepção deste incremento dever-se-á analisar o relatório anual das actividades, o qual se considera parte integrante deste relatório.

2 - Análise da Atividade e da Posição Financeira

No período de 2025 os resultados espelham uma evolução positiva da atividade desenvolvida pela Federação, conforme explicado no relatório anual das atividades. De facto, as prestações de serviços atingiram um valor de 175.222,00 euros, representando uma variação de 98,60% relativamente ao ano anterior.

A evolução dos rendimentos bem como a respetiva estrutura são apresentadas nos gráficos seguintes:



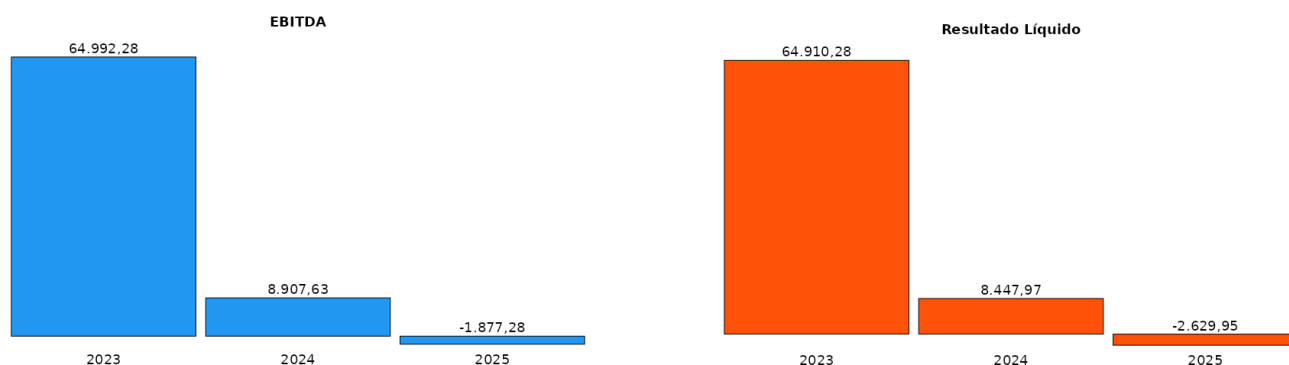
Itens	PERÍODO	
	2024	2025
Prestação de Serviços	88.230,50	175.222,00
Outros Rendimentos	190.836,09	192.939,33

Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da entidade:

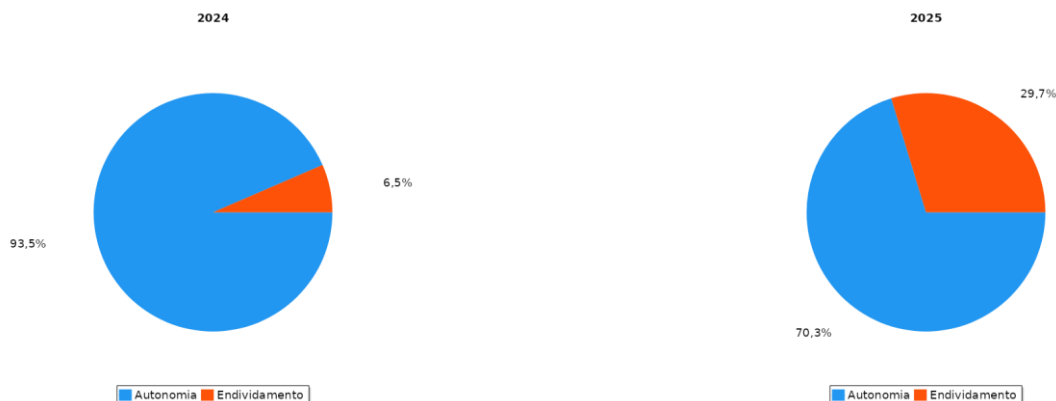
Itens	PERÍODO	
	2024	2025
Fornecimentos e serviços externos	262.817,91	357.930,93
Gastos com pessoal		6.449,03
Outros gastos e perdas	7.341,05	5.658,65
Gastos de depreciação e amortização	459,66	752,67

Itens	PERÍODO	
	2024	2025
Fornecimentos e serviços externos	0,97	0,97
Gastos com pessoal		0,02
Outros gastos e perdas	0,03	0,02

Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a Federação apresentou, comparativamente ao ano anterior os seguintes valores de EBITDA e de Resultado Líquido.



Em resultado da sua atividade, a posição financeira da Federação apresenta, também comparativamente com o ano anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:



De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da entidade através da análise dos seguintes itens de balanço:

Itens	PERÍODO		
	2023	2024	2025
Ativo não corrente	5.136,86	1.049,35	2.406,18
<i>Percentagem ativo não corrente</i>	<i>7,19%</i>	<i>1,32%</i>	<i>2,35%</i>
Ativo corrente	66.311,52	78.703,89	100.016,35
<i>Percentagem ativo corrente</i>	<i>92,81%</i>	<i>98,68%</i>	<i>97,65%</i>
Total ativo	71.448,38	79.753,24	102.422,53
Capital Próprio	66.159,44	74.607,41	71.977,46
<i>Percentagem Capital Próprio</i>	<i>92,60%</i>	<i>93,55%</i>	<i>70,28%</i>
Passivo corrente	5.288,94	5.145,83	30.445,07
<i>Percentagem passivo corrente</i>	<i>7,40%</i>	<i>6,45%</i>	<i>29,73%</i>
Total Capital Próprio e Passivo	71.448,38	79.753,24	102.422,53

3 - Proposta de Aplicação dos Resultados

A Federação Portugal Taekwondo - Portkd no período económico findo em 31 de dezembro de 2025 realizou um resultado líquido de -2.629,95 euros, propondo que a sua aplicação seja afeta a resultados transitados.

Itens	PERÍODO 2025
Resultados Transitados	-2.629,95
Total	-2.629,95

4 - Expetativas Futuras

A Federação espera em 2025, prosseguir com o trabalho desenvolvido em exercícios anteriores de forma a garantir a tendência ascendente desta modalidade desportiva e conseguir obter ainda melhores resultados.

5 - Outras Informações

Salientamos para o facto de não existirem dívidas em mora perante o setor público estatal, nem dívidas em mora perante a segurança social. A Direção elaborou um relatório de actividades que se considera parte integrante deste relatório.

6 - Considerações Finais

A direção agradece aos corpos sociais, aos clubes, atletas, juízes, treinadores e ao público em geral, que assistiu às Provas Desportivas, o apoio dado no exercício de 2025.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração de Alterações nos Fundos Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo.

Lisboa, 11 de abril de 2026

A Direção

Direção



RUBRICAS	Notas	DATAS	
		2025	2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	589,63	1.049,35
Ativos intangíveis	5	1.816,55	
		2.406,18	1.049,35
Ativo corrente			
Créditos a receber	8	59.418,50	21.485,41
Caixa e depósitos bancários	11	40.597,85	57.218,48
		100.016,35	78.703,89
Total do ativo		102.422,53	79.753,24
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Resultados transitados	8	74.607,41	66.159,44
Resultado líquido do período		-2.629,95	8.447,97
Total dos fundos patrimoniais		71.977,46	74.607,41
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores	8	22.303,44	963,94
Estado e outros entes públicos	10	495,00	73,44
Diferimentos	8	420,00	
Outros passivos correntes	8;9	7.226,63	4.108,45
		30.445,07	5.145,83
Total do passivo		30.445,07	5.145,83
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		102.422,53	79.753,24

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODO	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	6	175.222,00	88.230,50
Subsídios, doações e legados à exploração	7	116.705,63	101.983,31
Fornecimentos e serviços externos	6	-357.930,93	-262.817,91
Gastos com o pessoal	9	-6.449,03	
Outros rendimentos	6	76.233,70	88.852,78
Outros gastos	6	-5.658,65	-7.341,05
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-1.877,28	8.907,63
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-752,67	-459,66
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-2.629,95	8.447,97
Resultado antes de impostos		-2.629,95	8.447,97
Resultado líquido do período		-2.629,95	8.447,97

RUBRICAS	Notas	PERÍODO	
		2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		131.547,85	85.092,99
Pagamentos a fornecedores		333.397,03	266.517,91
Pagamentos ao pessoal	9	4.116,55	
<i>Caixa gerada pelas operações</i>		<u>-205.965,73</u>	<u>-181.424,92</u>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		2.420,00	
Outros recebimentos/pagamentos		193.874,60	183.018,13
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		<u>-14.511,13</u>	<u>1.593,21</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos intangíveis</i>	5	2.109,50	
Recebimentos provenientes de:			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		<u>-2.109,50</u>	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)			
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		<u>-16.620,63</u>	<u>1.593,21</u>
Caixa e seus equivalentes no início do período	11	57.218,48	55.625,27
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11	<u>40.597,85</u>	<u>57.218,48</u>

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2025	6				66.159,44			8.447,97	74.607,41		74.607,41
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	3										
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					8.447,97			-8.447,97			
	7				8.447,97			-8.447,97			
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8							-2.629,95	-2.629,95		-2.629,95
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8							-2.629,95	-2.629,95		-2.629,95
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
	10										
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2025	6+7+8+10				74.607,41			-2.629,95	71.977,46		71.977,46

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2024	1				1.249,16			64.910,28	66.159,44		66.159,44
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	3										
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					64.910,28			-64.910,28			
	2				64.910,28			-64.910,28			
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3							8.447,97	8.447,97		8.447,97
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3							8.447,97	8.447,97		8.447,97
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	5										
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2024	6=1+2+3+5				66.159,44			8.447,97	74.607,41		74.607,41

1 - Relatório de Atividades

1.1 - Quadro competitivo

1.1.1 Quadro competitivo nacional

O quadro competitivo nacional da PORTKD, em 2025, apresenta-se como uma estrutura organizada, progressiva e inclusiva, que promove a prática da modalidade em todo o território nacional. Este sistema integra competições a nível regional e nacional, permitindo o desenvolvimento sustentado dos praticantes e garantindo oportunidades de progressão para diferentes níveis etários e competitivos.

As competições regionais continuam a desempenhar um papel fundamental na estrutura competitiva, funcionando como um primeiro nível de contacto com a competição organizada. Estas provas são realizadas em diferentes regiões do país e permitem aos praticantes adquirir experiência competitiva, desenvolver competências técnicas e preparar-se para desafios de maior exigência.

No atual modelo competitivo, o acesso aos campeonatos nacionais mantém-se aberto e progressivo, privilegiando a participação e o desenvolvimento dos atletas. As provas nacionais reúnem praticantes de várias regiões, constituindo momentos de avaliação de desempenho, comparação de níveis e elevação da qualidade técnica da modalidade.

O Campeonato Nacional assume-se, assim, como um dos momentos mais relevantes do calendário competitivo, reunindo atletas de todo o país num contexto estruturado e regulamentado. Para além da vertente competitiva, estes eventos promovem valores fundamentais do Taekwondo, como o respeito, o fair play, a disciplina e o espírito desportivo.

Importa igualmente destacar que o modelo competitivo atual da Federação procura assegurar um equilíbrio entre participação, qualidade técnica e organização, reforçando a profissionalização dos eventos, nomeadamente ao nível da arbitragem, gestão de provas e enquadramento institucional.

Deste modo, o quadro competitivo nacional constitui um elemento essencial para o desenvolvimento da modalidade em Portugal, proporcionando uma estrutura clara de evolução para os praticantes e contribuindo para a sua formação desportiva e pessoal.

1.1.2 Quadro competitivo internacional

As competições de Taekwondo que se situam fora do quadro competitivo nacional continuam a assumir, em 2025, um papel relevante no desenvolvimento da modalidade em Portugal.

Este tipo de provas constituem uma componente significativa do calendário competitivo, proporcionando experiências enriquecedoras ao nível técnico, competitivo e formativo. Estes eventos permitem que os atletas enfrentem adversários de diferentes países, estilos e realidades competitivas, contribuindo para o desenvolvimento das suas capacidades e para uma visão mais ampla da modalidade.

Em 2025, mantém-se a tendência de uma forte participação de atletas jovens nestas competições, refletindo o investimento na formação e desenvolvimento precoce. Estes contextos competitivos são particularmente relevantes para a consolidação de competências, para o aumento da confiança e para o desenvolvimento de valores fundamentais do Taekwondo, tais como o respeito, a disciplina e a perseverança.

A participação em opens internacionais representa também uma etapa intermédia importante na progressão desportiva, preparando os atletas para níveis competitivos mais elevados e para uma eventual integração em contextos federativos e seleções nacionais.

Deste modo, as competições fora do quadro competitivo nacional desempenham um papel complementar essencial, contribuindo para a diversificação das oportunidades de prática, para o enriquecimento da experiência dos atletas e para o desenvolvimento global da modalidade em Portugal.

1.1.3 Formação

No contexto da Federação Portugal Taekwondo, as atividades de formação assumem, em 2025, um papel central no desenvolvimento e qualificação dos diversos agentes desportivos da modalidade. Estas ações abrangem diferentes áreas, incluindo a formação de treinadores, árbitros e outros intervenientes, contribuindo para a melhoria contínua da qualidade técnica e pedagógica do Taekwondo em Portugal.

A formação de treinadores constitui uma das principais áreas de intervenção, estando estruturada de acordo com os referenciais do sistema nacional de formação desportiva. Estes cursos permitem a aquisição de competências técnicas, pedagógicas e organizativas, fundamentais para o exercício da função de treinador, promovendo uma abordagem cada vez mais profissional e qualificada.

Cabe-nos destacar o início do Curso de Treinadores de Taekwondo – Grau em maio de 2025 e o de Grau II em novembro de 2025.

1.1.4 Calendário de atividades 2025

ESTÁGIO DE COMBATES CAR	11 e 12 de Janeiro de 2025
CAMPEONATO REGIONAL DE POOMSE PTCENTRO	18 de Janeiro de 2025
CAMPEONATO NACIONAL DE COMBATES PORTKD-UPD	25 e 26 de Janeiro de 2025
CAMPEONATO REGIONAL DE POOMSAE PTSILHAS	01 de Fevereiro de 2025
CAMPEONATO NACIONAL UNIVERSITÁRIO	08 de Fevereiro de 2025
CAMPEONATO REGIONAL DE POOMSAE PTNORTE	15 de Fevereiro de 2025
1ª JORNADA 101 JOGOS APLICADOS AO TAEKWONDO	15 de Março de 2025
CAMPEONATO NACIONAL DE POOMSAE	15 e 16 de Março de 2025
OPEN DE POOMSAE KUP TCSAC	22 de Março de 2025
ESTÁGIO DE POOMSAE (Inclui concentração da Seleção Nacional de Poomsae)	29 e 30 de Março de 2025
CURSO DE TREINADORES DE GRAU 1 – Início da Componente Geral	Abril de 2025
CAMPEONATO EUROPEU DE POOMSAE	16 e 17 de Abril de 2025
2ª JORNADA 101 JOGOS APLICADOS AO TAEKWONDO	10 de Maio de 2025
CURSO E RECICLAGEM DE ARBITRAGEM DE POOMSAE	17 de Maio de 2025
2º OPEN PROMESSAS DE AMARANTE -	24 de Maio de 2025
TAEKWONDO PORTUGAL SUMMIT (50 anos Taekwondo em Portugal)	31 de Maio de 2025
OPEN DE POOMSAE DE ESPOSENDE	07 de Junho de 2025
101 JOGOS APLICADOS AO TAEKWONDO INTERNACIONAL	28 e 29 de Junho de 2025
INÍCIO OFICIAL DOS TREINOS	02 de setembro de 2025
CURSO E RECICLAGEM DE ARBITRAGEM DE COMBATES	20 de Setembro de 2025
ESTÁGIO SELEÇÃO NACIONAL DE COMBATES CAR	27 de Setembro de 2025
WORKSHOP TCSAC (poomse Formação Créditos)	11 de Outubro de 2025
OPEN DE POOMSAE TCSAC	25 de Outubro de 2025
CAMPEONATO REGIONAL DE COMBATES PTSILHAS	01 de Novembro de 2025
CAMPEONATO REGIONAL DE COMBATES PTCENTRO	08 de Novembro de 2025
CAMPEONATO REGIONAL DE COMBATES PTNORTE	15 e 16 de Novembro de 2025
TORNEIO EIXO ATLÂNTICO	06 e 07 de Dezembro de 2025
CAMPEONATO NACIONAL DE COMBATES PORTKD-UPD	13 e 14 de Dezembro de 2025

2 - Identificação da entidade

2.1 - Dados de identificação

Designação da entidade: Federação Portugal Taekwondo - Portkd, é uma entidade sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Federação Desportiva, reconhecida como uma instituição de Utilidade Pública Desportiva, conforme despacho publicado no Diário da República, pelo despacho 4860/2012 na 2ª Série de 9 de abril de 2012.

Número de identificação de pessoa coletiva: 515054755.

Lugar da sede social: Rua Damião Góis, nº 11 R/Ch, Lisboa.

Natureza da atividade: A Federação Portuguesa de Dança Desportiva, tem por objecto:

- a) Regulamentar, promover, dirigir e desenvolver a prática de Dança Desportiva em todo o território nacional;
- b) Promover o poder disciplinar sobre as associações distritais, clubes, dançarinos e respectivos agentes desportivos seus filiados;
- c) Organizar anualmente as provas do seu calendário nacional e outras consideradas convenientes à expansão e desenvolvimento da dança desportiva;
- d) Promover e realizar congressos nacionais abertos a todas as associações e clubes;
- e) Representar perante a Administração Pública os interesses dos seus associados;
- f) Apoiar, fomentar e aceitar as associações e clubes que se dediquem à prática de dança desportiva;
- g) Autorizar a realização de competições, festivais e exibições organizados pelas associações e clubes filiados ou qualquer outro promotor;
- h) Enviar às associações, até 31 de Outubro, o calendário oficial da próxima época;

As quantias apresentadas nas notas seguintes são referidas em euros, as notas não mencionadas não se aplicam à Federação ou respeitam a factos ou situações não materialmente relevantes ou que não ocorreram no exercício de 2025.

3 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

3.1 - Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras encontram-se preparadas de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) - Portaria nº 105/2011 de 14 de março;
- Código de contas (CC) - Portaria nº 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL - Aviso nº 6726-B/2011 de 14 de março;

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em “Devedores por acréscimos de rendimento”; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas “Credores por acréscimos de gastos”.

Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2025 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024.

3.2 - Disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

Não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC- ESNL.

3.3 - Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

As contas do balanço e da demonstração de resultados são comparáveis com as do exercício anterior.

4 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

4.1 - Principais políticas contabilísticas

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as ESNL, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

A Entidade optou pelas bases de mensuração abaixo descritas.

Activos fixos tangíveis

Os bens adquiridos são mensurados ao custo de aquisição, o qual inclui as despesas adicionais de compra. Posteriormente são mantidos ao custo histórico líquido das respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são efectuadas tendo por base as taxas definidas fiscalmente, sendo que a Entidade considera que reflectem adequadamente a vida útil estimada dos bens, sendo apresentadas como segue:

Equipamento básico	4-8 anos
Equipamento transporte	4-8 anos
Equipamento administrativo	3-8 anos

Associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de associados que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Créditos a receber

Os valores a receber são inicialmente mensurados ao custo, podendo posteriormente ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por imparidade, sendo esta perda apenas reconhecida quando existe evidência objectiva de que a Entidade não receberá a totalidade dos montantes em dívida.

Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a doze meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Fundos patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o Governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

Rendimentos e gastos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio de contabilidade em regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros activos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

Subsídios governamentais

Os subsídios governamentais são reconhecidos inicialmente quando existe uma certeza razoável que o subsídio será recebido e que a Entidade irá cumprir com as condições associadas à atribuição do subsídio.

Os subsídios que compensam a entidade pela aquisição de um activo são reconhecidos inicialmente no capital próprio e registados em resultados numa base sistemática de acordo com a vida útil do activo.

Os subsídios que compensam a entidade por despesas incorridas são reconhecidos inicialmente como diferimento (passivo) e registados na demonstração dos resultados numa base sistemática, no mesmo período em que as despesas são reconhecidas.

Estado e outros entes públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas sempre que estas existam.

Nos termos do n.º 1 do art.º 11 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) “os rendimentos directamente derivados do exercício de actividades culturais, recreativas e desportivas”:

Porém, de acordo com o n.º 2 do referido artigo, “só pode beneficiar associações legalmente constituídas para o exercício dessas actividades e desde que se verifiquem cumulativamente as seguintes condições:

- a) Em caso algum distribuam resultados e os membros dos seus órgãos sociais não tenham, por si ou interposta pessoa, algum interesse directo ou indirecto nos resultados de exploração das actividades prosseguidas;
- b) Disponham de contabilidade ou escrituração que abranja todas as suas actividades e a ponham à disposição dos serviços fiscais, designadamente para comprovação do referido na alínea anterior.”

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2013 a 2025 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

5 - Ativos fixos tangíveis

5.1 - Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis

5.1.1 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

As bases de mensuração utilizadas dos activos fixos tangíveis têm uma vida útil finita, sendo utilizado o método da linha reta no registo das amortizações, imputadas numa base sistemática pelo período de vida útil que estimámos que ascenda a 5 anos.

Ativos fixos tangíveis - movimentos do período (ESNL):

Descrição	Equipamento administrativo	TOTAL
Valor bruto no início	1.547,31	1.547,31
Depreciações acumuladas	497,96	497,96
Saldo no início do período	1.049,35	1.049,35
Variações do período	-459,72	-459,72
Total diminuições	459,72	459,72
Depreciações do período	459,72	459,72
Saldo no fim do período	589,63	589,63
<i>Valor bruto no fim do período</i>	<i>1.547,31</i>	<i>1.547,31</i>
<i>Depreciações acumuladas no fim do período</i>	<i>957,68</i>	<i>957,68</i>

Ativos fixos tangíveis - movimentos do período (ESNL) - Quadro Comparativo (2024):

Descrição	Equipamento administrativo	TOTAL
Valor bruto no início	5.218,86	5.218,86
Depreciações acumuladas	82,00	82,00
Saldo no início do período	5.136,86	5.136,86
Variações do período	-4.087,51	-4.087,51
Total de aumentos	43,70	43,70
Outros aumentos	43,70	43,70
Total diminuições	4.131,21	4.131,21
Depreciações do período	459,66	459,66
Outras diminuições	3.671,55	3.671,55
Saldo no fim do período	1.049,35	1.049,35
<i>Valor bruto no fim do período</i>	<i>1.547,31</i>	<i>1.547,31</i>
<i>Depreciações acumuladas no fim do período</i>	<i>497,96</i>	<i>497,96</i>

6 - Ativos intangíveis

6.1 - Divulgações para cada classe de ativos intangíveis

6.1.1 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

Ativos intangíveis - movimentos do período (ESNL):

Descrição	Programas de computador	TOTAL
Valor bruto total no fim do período	2.109,50	2.109,50
Amortizações acumuladas totais no fim do período	292,95	292,95
Variações do período	1.816,55	1.816,55
Aquisições em primeira mão	2.109,50	2.109,50
Total de aumentos	2.109,50	2.109,50
Amortizações do período	292,95	292,95
Total diminuições	292,95	292,95
Saldo no final do período	1.816,55	1.816,55

7 - Rendimentos e gastos

7.1 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos, e é reconhecido quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos activos vendidos são transferidos para o comprador, no caso da venda, e é reconhecido com referência à sua execução relativamente aos serviços prestados.

7.2 - Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

Rédito - informação por naturezas:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Prestação de serviços	175.222,00	88.230,50
Outros réditos	192.939,33	190.836,09
Total	368.161,33	279.066,59

A rubrica de prestação de serviços é composta essencial por inscrições em provas, de atletas e clubes, quotas e licenças.

A rubrica de outros réditos diz respeito maioritariamente a subsídios, os quais se encontram descritos na nota 7.

7.3 - Outros Rendimentos

A rubrica de outros rendimentos é composta de acordo com o quadro abaixo:

Itens	PERÍODO	
	2024	2025
Outros Rendimentos	88.852,78	76.233,70
Rendimentos Suplementares	88.851,81	76.213,59
Correções Relativas a Exercícios Anteriores		20,00
Outros	0,97	0,11

7.4 - Outros Gastos

A rubrica de outros gastos é composta de acordo com o quadro abaixo:

Itens	PERÍODO		
	2023	2024	2025
Outros Gastos da Atividade	1.838,25	7.341,05	5.658,65
Correções de Exercícios Anteriores		3.659,97	
Donativos	1.500,00		
Quotizações		3.658,19	
Outros	338,25	22,89	3.238,65

Na rubrica de outros gastos, em "outros", são referentes a gastos específicos da atividade afetos às provas nomeadamente inscrições na Federação Internacional e despesas de provas com eventos internacionais.

7.5 - Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

Fornecimentos e Serviços Externos - Detalhe:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Serviços especializados	113.824,38	92.441,15
Trabalhos especializados	102.208,04	86.557,32
Publicidade e propaganda	452,00	0,00
Honorários	10.478,50	5.661,34
Outros	685,84	222,49
Materiais	42.237,06	20.642,48
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	20.426,29	13.462,05
Livros e documentação técnica	0,00	2.000,00
Material de escritório	863,07	0,00
Artigos para oferta	20.947,70	5.180,43
Deslocações, estadas e transportes	86.422,74	36.497,83
Deslocações e estadas	86.422,74	36.497,83
Serviços diversos	115.446,75	113.236,45
Rendas e alugueres	98,40	0,00
Comunicação	0,00	256,50

Fornecimentos e Serviços Externos - Detalhe:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Seguros	32.688,45	69.057,05
Contencioso e notariado	25,00	0,00
Outros serviços	82.634,90	43.922,90
Total	357.930,93	262.817,91

8 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas
8.1 - Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas

Os subsídios do Governo são reconhecidos após existir segurança de que a Entidade cumprirá as condições a eles associadas e que os subsídios serão recebidos.

Em termos de contabilização:

Os subsídios do Governo relacionados com resultados são registados como rendimentos caso os gastos já estejam incorridos, ou a rendimentos diferidos na proporção dos gastos a incorrer.

Subsídios - informações detalhadas:

Descrição	Do Estado - Valor Total	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent.- Valor Total	Outras Ent.- Valor Imputado Período
Subsídios à exploração	89.686,10	89.686,10	27.019,53	27.019,53
Valor dos reembolsos efetuados no período	89.686,10	89.686,10	27.019,53	27.019,53
De subsídios à exploração	89.686,10	89.686,10	27.019,53	27.019,53

Os subsídios à exploração para o ano de 2025 foram no montante de 116.705,63 euros, e referem-se aos subsídios atribuídos pelo Instituto Português do Desporto e Juventude e pelo Comité Olímpico ao ano de 2025, sendo atribuídos da seguinte forma:

IPDJ – 83.000,00 euros

Município de Sintra – 6.686,10 euros

Comité Olímpico - 27.019,53 euros

9 - Instrumentos financeiros

9.1 - Base de mensuração e políticas contabilísticas adotadas na contabilização de instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros detidos pela Entidade encontram-se mensurados ao custo ou custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade, ou, nos casos aplicáveis, ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstrações dos resultados.

9.2 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica dos fundos patrimoniais, conforme quadro seguinte:

A variação ocorrida, nos anos de 2024 e 2025, nos Fundos Patrimoniais encontra-se devidamente evidenciada na Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais.

Capital próprio - movimentos do período:

Descrição	Saldo inicial	Créditos	Saldo Final
Resultados transitados	66.159,44	8.447,97	74.607,41
Total	66.159,44	8.447,97	74.607,41

9.3 - Resumo das categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:

Instrumentos financeiros por modelo mensuração - discriminação (ESNL):

Descrição	Mensurados ao custo
Ativos financeiros:	59.418,50
Clientes e utentes	57.677,91
Outros créditos a receber	1.740,59
Passivos financeiros:	29.530,07
Fornecedores	22.303,44
Outras dívidas a pagar	7.226,63

10 - Benefícios dos empregados

10.1 - Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Durante o ano de 2025 a Federação contou com 1 colaborador.

Pessoal - benefícios:

Descrição	Valor Período
Gastos com o pessoal	6.449,03
Remunerações do pessoal	5.152,58
Encargos sobre as remunerações	1.030,89
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	265,56

Não existem dívidas para com os colaboradores.

11 - Impostos e contribuições

11.1 - Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

A rubrica do Estado e Outros Entes Públicos está conforme quadro em anexo.

Estado e Outros Entes Públicos:

Descrição	Saldo Credor	Saldo Credor Período Anterior
Retenção de impostos sobre rendimentos	78,00	73,44
Contribuições para a Segurança Social	417,00	0,00
Total	495,00	73,44

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, sendo de cinco anos para a Segurança Social. Deste modo, as declarações fiscais da federação dos anos de 2022 a 2025 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A Direção da Federação entende que as correções resultantes de revisões/inspeções, por parte das autoridades fiscais, àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025.

Nos termos do artigo 88.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas a Federação encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

12 - Fluxos de caixa

12.1 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Caixa e equivalentes - desagregação:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Depósitos à ordem	57.218,48	266.723,48	283.344,11	40.597,85
Total	57.218,48	266.723,48	283.344,11	40.597,85

12.2 - Comentário da direção sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Não existem saldos indisponíveis para uso.

13 - Outras divulgações

13.1 - Autorização para emissão

a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou;

A Direção autorizou a emissão das demonstrações financeiras na data estipulada no relatório da direção

b) Indicação sobre se os associados, ou outros, têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data.

Os associados detêm o poder de alterar as demonstrações financeiras após a data acima referida.

Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço. Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face às novas informações, foram atualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições.

13.2 - Acontecimentos após a data de balanço

Não existiram situações significativas que alterem a posição financeira relatada.